

## A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social

Idilia Fernandes\*

**Resumo** – A sociedade contemporânea tem sido marcada pelo movimento histórico que traz a possibilidade de expressão humana, transformando tudo ao seu redor; os costumes e os recursos para a vida de hoje não se igualam aos da última metade de século que passou. Da mesma forma, os números absurdos que pontuam a exclusão social denunciam uma sociedade de sujeitos excluídos e maltratados cotidianamente em um tempo de gloriosos avanços tecnológicos e comunicacionais. Em uma perspectiva dialética, é possível perceber com maior precisão as contradições de um tempo ainda marcado pela centralidade da categoria trabalho. Este artigo pretende colocar em evidência a explicitação das categorias de apreensão do real na perspectiva do método dialético na relação com a sociedade contemporânea e com a instrumentalidade do Serviço Social.

**Palavras-chave** – Movimento. Transformação. Dialética. Sociedade/indivíduo. Contradição. Totalidade. Mediação. Cotidianidade. Relações sociais. Capital-trabalho. Questão social. Desigualdade. Resistência. Interdição. Acessibilidade. Protagonismo do sujeito. Método Dialético. Metodologia e instrumentalidade do Serviço Social.

**Summary** – The society contemporary has been marked for the historical movement that brings the possibility of expression human being transforming everything around, the customs and the resources for the life of today are not equaled to the ones of the last half of century that passed. In the same way the numbers nonsense's that show the social exclusion daily denounce a society of citizens excluded and damaged in a time of glorious technological and comunicacionais advances. In perspective dialectic it is possible to perceive with bigger precision the contradictions of a time still marked by the importance of the category work. This article intends to place in evidence the explanation of the categories of apprehension of the Real in the perspective of the dialectic method in the relation with the society contemporary and the instrument tool of the social service.

**Key words** – Social movement. Transformation. Dialectic. Society/individual. Contradiction. Totality. Mediation. Daily life. Relations. Capital-work. Social matter. Inequality. Resistance. Interdiction. Accessibility. Protagonism of the citizen. Dialectic method. Methodology and instrument tool of the Social Service.

Reiteradas vezes, em nossa caminhada profissional, nos percalços do Serviço Social, nos deparamos com a questão do objeto de nossa intervenção. Qual o objeto de atenção do assistente social? Neste ensaio, não responderemos a esta questão, pois a mesma já foi respondida por clássicos teóricos de nossa área e muito bem respondida. Entretanto, localizaremos o entendimento pessoal que temos sobre a questão do objeto para desenvolvermos a temática sobre a face interventiva do Serviço Social.

---

\* Mestre e Doutora em Serviço Social, Assistente Social da FADERS e Professora da FSS-PUCRS.

O texto que aqui será apresentado tem fins didáticos; pretende ser facilitador no processo de formação dos alunos, de uma aproximação com os aparatos técnicos operativos do serviço social, em uma perspectiva dialético-crítica. O instrumental, como a própria denominação sugere, nada diz por si próprio, faz sentido se for entendido como o aparato em movimento, como o caminho que cruza a dinâmica das relações entre o que se tem e aonde se quer chegar. Versaremos sobre instrumental na perspectiva de situar certas formas de intervenção como algumas alternativas de mobilização dos meios e recursos para o processo de trabalho do assistente social. A referência balizadora para todo e qualquer processo de utilização de instrumentos e técnicas de intervenção continua tendo um impacto interessante nas palavras de Souza: “[.. ] quem tem o princípio descobre o método” (1993, p. 144).

### **O social e seus significados**

A sociedade não é algo abstrato, se faz na totalidade das relações dos seres sociais, na força da conjugação dos múltiplos movimentos dos sujeitos que nela se inter-relacionam e a transformam constantemente. A vida humana tem uma dimensão concreta: o desenvolvimento histórico das condições dos meios produtivos de vida das pessoas. O modo de vida dos sujeitos das sociedades é atravessado por diversos fatores concretos tanto quanto pelos fatores de ordem imaterial.

A materialidade da vida social é vivida de forma a expressar uma organização desta sociedade, onde os sujeitos, em uma grande maioria, encontram-se em uma situação de não acesso aos bens necessários, primários e secundários. São várias as estatísticas que apontam os altos índices de miséria, de analfabetismo, de exclusão social, de corrupção, de descaso com as políticas públicas e com o social. De igual forma, é grande a riqueza que tem sido produzida no mundo nos últimos anos, a tecnologia se hiperdesenvolve desde a década de 1980, a concentração de renda torna-se cada vez mais intensa.

A produção da riqueza social e a produção da miséria social, da exclusão são dois processos que fazem parte do mesmo contexto de sociedade, permeada pela mesma estrutura econômica. Temos uma sociedade na qual a constituição das relações entre os sujeitos é mediada pelo capitalismo. Isso significa que as relações sociais são mediadas pela lei da concentração da terra, do capital de giro e, atualmente, da informatização, nas mãos de uma restrita minoria. Eis aqui um aspecto da questão social, nosso objeto de trabalho, vista de um modo geral. Suas particularidades, suas “múltiplas determinações e expressões”, vão sendo

desvendadas em cada lugar singular onde se desenvolve o processo de trabalho do serviço social.

Como bem esclarece Iamamoto (2000, p. 27-28), nosso objeto de intervenção profissional é a questão social, o reatamento de suas inúmeras expressões no cotidiano e na materialidade das relações sociais da vida dos seres em sociedade. A consequência central das relações sociais, mediada pela construção da sociedade do capital, é justamente a questão social. Isso significa dizer que a sociedade produz, em seu movimento humano e contraditório, o acirramento da luta de classes. De um lado o capitalismo concentra riquezas e informações nas mãos de poucos privilegiados da sociedade, ocasionando necessariamente miséria para muitos outros não privilegiados e que se tornam alheios da maioria dos bens produzidos socialmente. Por outro lado esses seres, apartados dos bens sociais, precisam produzir coletivamente formas estratégicas de enfrentar toda a desigualdade construída em um sistema de injustiças e segregações.

Definir o objeto da profissão, na consequência da relação entre capital e trabalho, significa tomar como objeto de atenção, de preocupação e de intervenção profissional o movimento e o resultado do mesmo na vida em sociedade. Significa, de outra forma, buscar uma intervenção que supere uma visão simplificada que fragmenta o entendimento da vida social. Faz-se necessário perceber sua totalidade, permeada por inúmeras contradições, marcada por uma determinada historicidade, em um campo social determinado pelas relações de trabalho. Sendo assim as(os) assistentes sociais orientados por uma ética de emancipação e direitos humanos, deverão procurar direcionar suas intervenções no sentido da ruptura com a consequência da exclusão dos seres sociais da sociedade à qual pertencem por direito de nascimento. E, de igual forma, a(o) profissional que toma a questão social, enquanto objeto de seu trabalho, procurará legitimar e potencializar o aspecto coletivo e de enfrentamento da mesma. Por fim, tudo isso significa dizer que a profissão estaria politicamente conscientizada e avançada para ir além do imediatismo da prática cotidiana e reificada. Nessa perspectiva o Serviço Social estaria se capacitando para buscar construir coletivamente novas formas de viver em sociedade que possam comportar a dignidade e a possibilidade de expressão, de participação dos seres sociais e, ter garantido o seu lugar no social.

Os assistentes sociais trabalham “na tensão entre a produção da desigualdade e a produção da rebeldia” (Iamamoto, 2000, p. 28). Isso significa pensar que a questão social se expressa de maneira contraditória. De um lado a necessária leitura das opressões e da exclusão vivida pelos sujeitos; de outro, as criações, as alternativas construídas por este mesmo sujeito para o enfrentamento deste contexto de vida. A questão social se apresenta aos

assistentes sociais na sua forma mais diversa, em variadas expressões cotidianas “tais como os indivíduos a expressam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.” Para Yamamoto (2000), apreender a questão social é entender também as múltiplas formas de pressão social, de invenção e (re)invenção da vida construída no cotidiano. A exclusão e a inclusão são processos que fazem parte do mesmo universo. A desigualdade produzida nas relações sociais é enfrentada por movimentos dos sujeitos desta sociedade que lutam pela inclusão.

A inclusão só é uma luta porque essa não acontece naturalmente como deveria ser nas sociedades. Uma vez que cada sujeito é parte do seu contexto, essencialmente deveria poder estar pertencendo ao mesmo. Toda a luta pelos direitos humanos é uma luta por pertencimento, é uma luta das pessoas para estarem inseridas em seu contexto de vida. O Serviço Social é uma profissão que advoga a causa da humanização das relações sociais. É uma profissão que não aceita as desigualdades e está comprometida com a defesa dos direitos humanos e da justiça social. A sociedade civil, em seus diferentes movimentos, se organiza para reivindicar os direitos dos seus diversos segmentos sociais. Os sujeitos vão consolidando práticas sociais que fortalecem a coletividade das relações, em áreas específicas das necessidades humanas. Os assistentes sociais devem legitimar estas práticas tendo consciência da significância das mesmas e ratificando todos os movimentos que se direcionam pela autonomia e cidadania dos indivíduos.

De acordo com o movimento contraditório que pode ser lido no real, percebe-se que o social é campo da expressão de inúmeras limitações postas pelo contexto aos indivíduos. De outro lado, o social se caracteriza por ser campo da possibilidade de expressão dos sujeitos. Ser e contexto são as duas faces da mesma moeda onde gira a vida humana. Não há dicotomia possível entre estes dois lados da existência, o que há é um enorme elo que liga cada um de nós a um universo maior. O social é parte do universo da vida dos seres. Não é uma abstração por si só. Existe em função da movimentação dos seres em seu universo. Apresenta-se, este social, em conformidade com os movimentos históricos que vão fazendo seus agentes em seu tempo histórico e está em constante transformação. O social é campo da expressão de cada um e de todos os sujeitos que nele vão organizando sua forma de viver, seu modo de vida e os meios de produzi-la no conjunto da dinâmica humana e coletiva.

[...] Embora o homem seja um indivíduo único – e é justamente esta particularidade que o torna um indivíduo, um ser comunal realmente individual – ele é igualmente o todo, o todo ideal, a existência subjetiva da sociedade como é pensada e vivenciada (Marx, 1983, p. 119).

### **O indivíduo na contextualidade**

Em uma visão marxista sobre a realidade humana, o indivíduo concreto é uma síntese das inúmeras relações sociais. A individualidade humana encontra-se atravessada por uma diversidade de vetores externos à interioridade e que permeiam a consciência individual dos seres. Esses vetores diversos são construídos historicamente, em contextos culturais específicos a cada época e a cada povo. Entretanto, o indivíduo que é único e indivisível se constitui, enquanto tal, na trama das múltiplas relações da sociedade. Não há dicotomia entre indivíduo e sociedade, entre sujeito e objeto, singular e universal. Há uma interdependência entre o sujeito e seu contexto natural e social. Existe uma forte conexão entre as partes e o todo, ou seja, entre o ser que é uma parte do universo e todo este conjunto que consolida a vida humana, situando-a no universo natural, político, ideológico, cultural, social, econômico e mais uma vez humano.

Duarte (1999) destaca algumas categorias para explicitar “o processo de formação do indivíduo, tais sejam: objetivação, apropriação e humanização e alienação”. Na primeira conjugação, tem-se que o sujeito precisa objetivar sua subjetividade, apropriar-se de suas próprias construções e realizações. Para nos inserirmos no mundo social, temos que mediar nossos desejos e projetos por meio de atividades e práticas que os materializem e que os objetivem. À medida que nos colocamos no mundo por meio de nossos feitos, materializamos nossa subjetividade, dando corpo a esta, refletindo a mesma no mundo concreto em que vivemos. De tal forma demonstra-se à premência da objetivação e apropriação para realização dos seres humanos, enquanto seres pertencentes ao seu contexto.

Na segunda conjugação, *humanização e alienação*, Duarte (1999) nos leva a refletir sobre as situações contraditórias que os processos de objetivação e apropriação tem realizado na dinâmica interna das relações sociais, no que tange à sociedade de classes marcadas ainda pela dominação e desigualdade entre as mesmas. Na perspectiva do materialismo histórico, o processo de humanização acontece medida que é possível para os sujeitos expressarem-se em seu contexto, inserirem-se no mesmo, por intermédio de suas atividades e criações. A humanização, entretanto, é uma dinâmica que muitas vezes fica interdita nesta sociedade. Inúmeros processos sociais de exclusão, criados na dinâmica das relações sociais, interditam as possibilidades de inserção do sujeito em seu meio. Dificultam o acesso das pessoas nas instâncias disponibilizadas no social. É, aí temos uma enormidade de pessoas que não têm

acesso à educação, à alimentação, à moradia, ao lazer, ao afeto de uma família. São bilhões de crianças e de adultos abandonados neste mundo, sujeitos que ficam a parte do seu contexto, do qual naturalmente fazem parte, embora socialmente estejam excluídos do mesmo.

A alienação é um produto da (des)humanização das relações sociais que propiciam o estranhamento do sujeito em seu próprio meio, o não reconhecimento deste sujeito como pertencente a seu contexto. “A propriedade privada tornou-nos tão néscios e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é diretamente comido, bebido, vestido, habitado etc., em síntese, utilizado de alguma forma” (Marx, 1983, p. 120). Na perspectiva marxista, as sociedades baseadas no lucro e no consumo tiram do sujeito sua dimensão subjetiva e criativa, à medida que tudo se torna mercadológico e objetal. As coisas do social são objetos a serem consumidos, “engolidos” e aqueles que não têm acesso ao consumo estão de fora, ficam à margem de alguns processos sociais.

[...] Todas as suas relações humanas com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, observar, sentir, desejar, agir, amar, em suma, todos os órgãos de sua individualidade, como órgãos que são de forma diretamente comunal, são, em sua ação objetiva (sua ação com relação ao objeto), a apropriação desse objeto, a apropriação da realidade humana (Marx, 1983, p. 120).

Para Marx, a maneira como as pessoas se apropriam dos objetos efetiva um tipo específico de realidade humana, própria das sociedades capitalistas, nas quais, esta efetivação “é efetividade humana e sofrimento humano”. Na situação dos processos de alienação, o sujeito encontra-se diante de um estranhamento em relação ao contexto e diante de si mesmo, situando-se fora, alheio a certas dimensões da vida social. Neste processo, acontecem inúmeras perdas individuais e subjetivas que se materializam na vida cotidiana e concreta dos indivíduos. Eis aí o sofrimento referido por Marx, na ocasião da “efetividade da realidade humana”, onde a existência fica reduzida ao ter – possuir ou não-possuir – vai situar a vida humana em maior ou menor grau de possibilidade de acessar os recursos disponíveis no seu contexto. Isso se estende a ponto de causar a interdição deste acesso, em milhares de casos da vida dos sujeitos desta sociedade contemporânea, ainda mediada pelas relações entre capital-trabalho e suas conseqüências.

A expressão “gênero humano”, utilizada por Duarte (2000, p. 122), é significativa para explicitar as relações entre as pessoas, na trama multiforme e dinâmica do campo social. O indivíduo singular é um ser genérico, ou seja, pertencente ao gênero humano; a vida dos

indivíduos deveria traduzir a universalidade e a liberdade já conquistadas pelo gênero humano. Cada ser, por condição, tem direito a participar, a fazer parte do seu mundo, de seu contexto e deveria ser universal o acesso de todas as pessoas ao espaço social construído pelos seres.

A história se desenrola e as sociedades se desenvolvem, no movimento que fazem os povos, em suas diversas culturas, a partir da criatividade, da criação, da transformação do meio ambiente. A alienação entrava a expressão da subjetividade, desloca o sujeito do seu contexto e do seu próprio eu. A criação reflete o humano no mundo concreto. Alienação e criação compõem a realidade efetiva da existência dos seres; são processos contínuos, não lineares e que se superam mutuamente. Nós profissionais do social apostamos na criação e apoiamos todos os processos criativos; para tanto, é fundamental, trabalhar com consciências e com os processos sociais de conscientização.

### **O movimento do método dialético e da metodologia**

A realidade estruturada e concreta inclui relações ocultas e invisíveis entre os elementos do todo a serem desvendadas. O fenômeno apresenta-se na experiência imediata, separado do seu contexto, do seu significado e de sua essência. O imediatismo e a evidência dos fenômenos do cotidiano penetram a consciência dos indivíduos, segundo Kosik (1976, p.210). Na relação entre fenômeno e essência, esta não se manifesta diretamente aos investigadores porque fenômeno e essência não se dão ao mesmo tempo. A essência, apenas sob certos aspectos, de forma parcial, se manifesta no fenômeno. O fenômeno esconde a essência, ao mesmo tempo em que a indica de alguma maneira. A “coisa em si”, “a estrutura oculta da coisa” deverá ser desvendada por quem quer compreender o real.

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí chegar aos homens em carne e osso. Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (Marx, 1993, p. 37).

A fim de que seja possível adentrar o âmago dos fenômenos, faz-se necessário encontrar as conexões no modo de vida dos sujeitos que vivem e fazem a história da humanidade. O contexto humano é relacional. Há uma conexão entre os indivíduos sociais e a

sociedade. Marx parte, em seus pressupostos, da forma como as pessoas organizam os meios de produzir e reproduzir o necessário para suas vidas, constituindo assim sua vida social, que é essencialmente prática. Considerar o aspecto prático da vida social é incluir a análise do conjunto de circunstâncias que envolvem a atividade dos sujeitos. Perceber a possibilidade de alteração das atividades é considerar que o sujeito pode introduzir mudanças em sua própria vida e no contexto social.

No cotidiano da vida de cada um, os fenômenos se apresentam como se fossem objetivos, absolutamente reais e concretos. A aparência não é igual à essência. O método dialético se propõe a um desmonte, à destruição da aparente “objetividade do fenômeno”. Pretende conhecer a verdade do fenômeno por detrás de sua aparência. Para se chegar ao conhecimento da realidade ou à “verdade aproximativa” desta realidade, faz-se necessário deslocar os fatos do seu contexto real, isolando-os e tornando-os independentes. É o que Kosik (1976, p. 15) denomina de *decomposição do todo*, onde cada elemento do objeto em estudo, suas reificações, suas transformações devem ser compreendidas a partir de sua situação no conjunto. Desconsideram-se tanto conceitos gerais quanto fatos puramente individuais.

O desmonte é aproximativo, pois a realidade é complexa o bastante para possibilitar a análise do conjunto dos dados concretos, mesmo com o objeto desmontado. O que acontece são aproximações sucessivas “no vai e vem permanente entre o todo e as partes” (Goldmann, 1986, p. 36). Vai-se avançando no conhecimento geral dos fatos à medida que se melhor conhece seus elementos, permite o retorno “ao conjunto de maneira operatória”. Para compreender o sentido dos fatos do real e sua estrutura, é preciso tomar distância dos mesmos e submetê-los à própria prática: “O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (Goldmann, 1986, p. 22).

No caráter prático indicado acima, está também o caráter concreto que sugere a descoberta do ser que vive a sua vida diária, por detrás da realidade reificada e da cultura dominante. Para se chegar a este concreto, é preciso negar a imediaticidade, a “concreticidade sensível”, ou seja, o conhecimento que se tem no momento inicial de aproximação com as situações que se colocam no cotidiano, aprofundando as primeiras impressões e indo à busca dos desvendamentos necessários das obscuridades do real, de suas tramas e inter-relações. Realiza-se um movimento contínuo de oscilação entre o conjunto e as partes, do todo através da mediação da parte na localização do específico, do singular no todo. Na perspectiva do método dialético considera-se o específico, o singular, o particular, a totalidade. Considera-se a atividade concreta dos seres humanos, atividade em seu conjunto, em seu movimento



histórico, sem isolar as partes. Busca-se perceber as relações internas dos fenômenos na conexão entre seus elementos.

[...] é o movimento do todo para a parte e da parte para o todo, do fenômeno para essência e da essência para o fenômeno, da totalidade para contradição, da contradição para a totalidade, do objeto para o sujeito, do sujeito para o objeto (Kosik, 1986, p. 30).

No dinamismo do método dialético, considera-se um outro aspecto fundamental: o caráter total da atividade humana que indica a ligação entre história dos fatos econômicos sociais e a história das idéias. A realidade social não pode ser recortada em partes estanques, segmentalizadas. É dinâmica, complexa, concreta, totalizante. Aceitando a totalidade, como categoria do método dialético, percebe-se a realidade como um todo estruturado, não caótico, com leis íntimas, que deverão ser desvendadas por conexões necessárias, que possam mostrar o lugar ocupado pelos fatos, no contexto em que a realidade se apresenta. Sendo assim, um fato pode vir a ser compreendido, entretanto, mesmo que todos os fatos fossem desvendados, o conjunto deles não indicaria a apreensão da totalidade, que não é a soma de todos os fatos.

A infinitude dos aspectos e das propriedades da realidade indica que a mesma é incognoscível em sua totalidade concreta. O todo estruturado não é perfeito, nem acabado, vai sendo criado em um processo que apresenta um movimento em espiral. Para Kosik, na concepção do materialismo dialético, não se pretende conhecer o quadro total da realidade, nem todos os aspectos da realidade. A totalidade aparece como categoria de análise do real, significando que “[...] conhecimento de fatos e conjuntos de fatos vem a ser conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real” (Kosik, 1986, p. 41).

Na sociedade capitalista, não há autonomia da economia, nem autonomia das relações sociais. Há uma complexidade social, de implicações e conexões de várias esferas da vida social com a unidade formada pela estrutura econômica. Acontece o que Frigotto (1989) denomina de “imperativo do modo humano de produção social da existência”. A teoria materialista do entendimento da estrutura econômica demonstra a influência desta unidade sobre as demais esferas da vida e com isso o referido imperativo do modo de produção. Estes conceitos não relegam a segundo plano as outras esferas da vida social, nem tampouco as consideram de ordem inferior.

Não há nenhuma redução, na perspectiva dialética, da consciência social, da filosofia, da arte, da cultura às condições econômicas. O que acontece é uma investigação profunda dos fatos e de suas conexões. O radicalismo da filosofia dialética materialista significa o fato de seu método buscar a raiz da realidade social, ou seja, busca entender o homem como sujeito

objetivo, concretamente histórico, que cria a realidade social, a partir do próprio fundamento econômico. Não há aqui nenhum reducionismo à economia; coloca-se a atividade prática objetiva dos indivíduos sociais em evidência para desenvolver e explicitar os fenômenos culturais e demais fenômenos da vida social.

Goldmann (1986, p. 66) amplia o sentido da palavra econômico, de acordo com Marx, observando o sentido relacional desta palavra. A forma de relação de produção da existência social, como uma forma de relação dentro do contexto da sociedade, vai “determinando a consciência dos homens”. Essa determinação fica bem explícita no recíproco intercâmbio entre pessoas e coisas, a personificação das coisas e a coisificação das pessoas. Na vida cotidiana, nos deparamos com o “fetiche” do consumo, das máquinas, da sociedade industrial, eletrônica, informatizada, que foi tomando o lugar da sociedade humanizada, gerenciada por leis do capital que não reconhecem o valor humano de homens e mulheres. Isso nos leva a concluir com Kosik:

[...] às coisas se atribuem vontade e consciência, e por conseguinte o seu movimento se realiza consciente e voluntariamente e os homens se transformam em portadores ou executores de movimento das coisas (1976, p. 174).

A vida fetichizada é apenas uma faceta da vida humana. O ser humano é o sujeito capaz de romper com o que está estruturado. Tem a possibilidade de transformar, por suas ações, a construção social que ele mesmo realizou, através da consciência e da ação. Entender este potencial significa reconhecer um fato humano já vivenciado histórica e concretamente. A história nos demonstrou inúmeras vezes o poder de superação e transformação do ser humano e social, na dialética da existência social.

O assistente social, nessa perspectiva, é antes de tudo, alguém que considera o potencial humano, em sua historicidade, que tem clareza da existência da alienação, dos fetiches presentes no cotidiano e da luta de classes. Entretanto, é um profissional que aposta na possibilidade de transformação da realidade social reificada. O processo de trabalho do assistente social está permeado por um conjunto de valores, intenções e posicionamento ideológicos, sua intencionalidade. Esse conjunto intencional dá significado e sentido ao movimento da instrumentalidade escolhido pelo profissional. O instrumental, direcionado por uma intenção de cidadania, poderá servir como espaço e possibilidade de mediação e articulação, como meio de contribuir para que os sujeitos desta sociedade possam compreender o seu processo social de alienação e, na construção de estratégias para o retorno a uma vida digna, onde cada um possa exercer seu direito natural de pertencimento ao

conjunto humano ao qual faz parte.

Para Marx, o trabalho não alienado faz parte da natureza humana e com ele o ser conquista auto-realização, através da possibilidade de expressar as potencialidades de sua criatividade. Torna-se necessário, para tanto, ultrapassar o discurso crítico e construir mediações que permitam a transformação da realidade que nos é dada. O fato de considerar os vários aspectos da totalidade social, e nesta ótica, entender os conflitos da vida social, suas contradições, não deve significar compreender apenas o lado da impossibilidade. A característica fundamental da contradição é a inclusão dos aspectos e não a parcialidade. O conceito de contradição não encerra nenhuma limitação intransponível, mas justamente a pulsão conflitiva que poderá levar a importantes superações:

[...] De repente, tem-se a noção de que o termo contradição tudo justifica, mas, igualmente, tudo limita. Ao invés de ser tratado teoricamente na leitura do contexto profissional, o conceito serve ao assistente social para fechar qualquer questão (Karsh, 1989, p. 167).

O tratamento dado, na perspectiva dialética, ao conceito de contradição é dirigido ao processo de conscientização que poderá levar aos desvendamentos necessários da realidade social. A denúncia da perversão do sistema de produção, que hoje ainda é campo de trabalho do assistente social, não leva a paralisação das ações, nem tampouco ao engessamento das perspectivas profissionais. Entretanto, considera-se de fundamental importância metodológica o entendimento das contradições sociais. Não se pode mais abordar as tendências de época sem o profundo questionamento da eticidade e humanidade de tais propostas.

Imprescindível se torna o reconhecimento do fenômeno ideológico que permeia o campo de conhecimento e o campo de ação, especialmente no que diz respeito a ciências humano-sociais. A ideologia é algo que invade as ciências sociais, de modo intrínseco. Não dar atenção a esse fato significa não perceber o sujeito enquanto ator principal do conhecimento. Goldmann considera que nas ciências humanas, além das dificuldades comuns às ciências físico-químicas, enfrentar-se-ão também “dificuldades específicas provindas da interferência da luta de classes sobre a consciência dos homens, em geral, e sobre a sua própria em particular” (1986, p. 49).

Deve fazer parte do referencial filosófico-metodológico do assistente social a clareza do tipo de sociedade e de sujeito que se queira e do tipo de sujeito e de sociedade que está implícito nas propostas vigentes das organizações. A partir desta clarificação, o profissional pode articular estratégias de ação que favoreçam o desenvolvimento do campo social do sujeito humano. A metodologia do Serviço Social está inserida em um processo de

construção-reconstrução; não está dada no continuum histórico. A forma de desenvolver a ação profissional irá moldar-se aos dados da realidade contextual, constituindo-se de maneira que possa dar subsídios à leitura deste contexto para embasar a ação sobre o mesmo.

Entender a metodologia inserida no processo histórico e no movimento da sociedade deve ter como base algum tipo de parâmetro. É preciso garantir o compromisso ético do assistente social, em torno do objeto central – humanizar a sociedade – a partir do qual se pode construir e reconstruir metodologias, ou seja, diferenciadas formas específicas de intervir no real. O cuidado com o “pano de fundo” nos remete ao não querer repetir o que já é histórico em nossa profissão, ou seja, “a interiorização de tendências de épocas pela via do fragmento”, como muito bem alerta Martinelli (1993).

Na ideologia alemã, Marx (1993) dizia que a realidade é inclusiva. Nela convivem tanto os elementos da conservação como os da transformação. Portanto, convivem juntas forças para preservar a ordem arcaica das coisas, como forças para impulsionar uma nova ordem. As contradições da sociedade mostram os conflitos e a existência de forças antagônicas. Nesta luta entre humanismo e perversidade social, os profissionais do social, precisam apostar na dialética das possibilidades. Afinal é princípio fundamental dos assistentes sociais, segundo seu código de ética, a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (1993). A clareza deste projeto profissional é fundamental para respaldar o entendimento da realidade inclusiva, que convive com estruturas que existem no dinamismo histórico, porém não são intransponíveis.

### **A instrumentalidade é parte do processo de trabalho**

Na perspectiva do materialismo histórico, pode-se, didaticamente, vislumbrar um núcleo conjugado de três elementos inseparáveis. É possível também falar de uma unidade que congrega três elementos. Esses elementos ou dimensões do movimento da realidade constituem-se em uma posição ética, um método e uma práxis. Tais dimensões da intervenção no real estão imbricadas em uma dinâmica de múltiplas relações. A ética, nesta perspectiva, é uma ética libertária, que almeja um determinado tipo de sociedade, onde haja espaço para expressão da subjetividade dos seres. Nesse espaço, cada qual poderia encontrar-se livre das opressões de uma estrutura social que cria diversos impedimentos ao desenvolvimento dos sujeitos. É uma ética que considera fundamental a luta pela autonomia dos sujeitos, pela sua

livre expressão na sociedade.

Quanto ao método, significa a forma de chegar ao real por meio de várias estratégias e articulações que sejam construídas situacionalmente, ou seja, de acordo com as circunstâncias, para ultrapassar o imediato. O método é o movimento das estratégias para buscar a concretização da finalidade das ações. Tendo em vista uma ética libertária, serão necessárias alternativas de construções de mediações que sejam direcionadas para superação das obscuridades do real. O método, na perspectiva dialética, é pensado para o desmonte do fetichismo das relações sociais, para se obter clareza dos processos de alienação e, ao mesmo tempo, para o trabalho de conscientização, que é o contrário da alienação.

Quando se fala na dimensão da práxis, já estão incluídas as duas dimensões anteriores da ética e do método. A práxis pode ser entendida como o processo de trabalho do assistente social que se preocupa em desenvolver suas atividades no sentido do movimento das necessárias superações do cotidiano, no trabalho de acompanhamento das transformações do real. A sociedade e a vida humana estão sempre em movimento, em constantes mutações. A transformação faz parte dos processos humanos e sociais. A práxis é o movimento das atividades que não se limitam às ações repetidas, reiteradas e reificadas. A revolução do cotidiano deve estar presente na práxis dos assistentes sociais.

O cotidiano profissional pode ser reinventado constantemente com os recursos que sejam possíveis e com articulações importantes que sejam feitas com as parcerias que se consolidam pelo caminho. Essas parcerias são possíveis com profissionais de outras áreas do saber, com a população usuária de nossos serviços, parcerias com outras instituições, além daquelas a que nos vinculamos diretamente, parcerias com órgãos diversos da organização estatal e não-estatal. Enfim, para alcançar-se um fim emancipatório, muitas parcerias precisam ser articuladas, congregadas à práxis profissional, ou seja, ao processo de trabalho do assistente social e de outros profissionais do social.

Uma postura ética, um método e uma práxis não são elementos que se separem; estão interligados e apresentam-se ao processo de trabalho do assistente social. A conexão é inevitável, o método não é algo que se isole da intencionalidade e da necessidade de direcionar o conjunto de ações planejadas na direção que é apontada por uma ética e por uma filosofia. A ética expressa a visão que se tem do sujeito e da sociedade onde se insere este sujeito. Toda metodologia, ou seja, a forma como instrumentalizamos o processo de trabalho será consequência desta articulação e do processo de construção da práxis. O “como fazer” no cotidiano profissional, a metodologia de trabalho poderá servir-se das mais diversas técnicas e instrumentos. O mais significativo será o entendimento da dinâmica das relações sociais que

envolvem os diversos processos sociais onde todos estão inseridos. A partir daqui, realizam-se entrevistas, reunião de grupo, participa-se de e/ou coordenam-se fóruns populares, realizam-se encaminhamentos, preenchem-se formulários, fazem-se visitas domiciliares e todo outro tipo de abordagem que seja pertinente.

Na seqüência, vamos pensar sobre a temática da metodologia com um exemplo de um trabalho com crianças que são consideradas portadoras de “condutas típicas”. A terminologia “condutas típicas” faz parte da terminologia utilizada para designar as diferentes áreas das deficiências utilizadas pela instituição FADERS (Fundação de Articulação e Desenvolvimento da Política Pública para pessoas portadoras de deficiência e de altas habilidades do Rio Grande do Sul), que trabalha com a política pública para a pessoa portadora de deficiência e para a pessoa portadora de altas habilidades.

As pessoas portadoras de deficiência enfrentam impedimentos diferenciados, barreiras de naturezas diversas, o que sugere alternativas heterogêneas para o enfrentamento de cada especificidade das diferenças. O termo “portador de deficiência” é utilizado no Brasil de forma genérica, abrangendo as diversas áreas da deficiência: deficiência física (paraplegia, paralisias cerebrais e outros), sensorial (visual e auditiva), cognitiva (mental e comportamental – condutas típicas) e múltipla. O cotidiano das pessoas que tem restrições marcantes em seu viver, muitas vezes não lhes permite a promulgada “igualdade de oportunidades”. Temos observado inúmeros exemplos de exclusão de setores básicos da vida, como a escola que, geralmente, é a primeira a excluir a diferença, por falta de habilidade, por não saber lidar com diferenças.

A situação dos chamados portadores de “condutas típicas” é um típico exemplo do despreparo das escolas, especialmente, as da rede pública, que não reconhecem o talento de determinados alunos que necessitam de um tempo diferenciado (em comparação aos demais) para a aprendizagem, que não se submetem aos padrões, que não conseguem se enquadrar no ensino tradicional. Ao não reconhecer a singularidade destes talentos, por vezes, esses são relegados ao abandono, tornando-se crianças taxadas de “hiperativas”, “agressivas”, “perturbadoras da ordem”.

Infelizmente, a conseqüência dessa potencialidade não reconhecida e não acolhida em um espaço de construtividade acaba sendo a utilização do potencial para ações autodestrutivas como organizar tráfico de drogas, assaltos, seqüestros, etc. Os chamados “portadores de condutas típicas” são conceitualmente considerados pelo Doc. da Política Nacional de Educação Especial como “emocional e socialmente desajustados, por terem características de distúrbios de comportamentos, tais como agressividade, timidez, medo, obstinação, tiques

nervosos entre outros” (1994, p. 13).

A práxis cotidiana de atendimentos aos sujeitos assim considerados permite-nos problematizar esses conceitos e dar uma outra dimensão para esta questão. Ponderamos que pensar em “condutas típicas” nos leva a encontrar o que pode permear este conceito, ou o que pode conectá-lo a outros fatores, a outras situações.

Partindo de um ponto de vista relacional, pontuamos o aspecto contextual da “diferença em questão”, para situar o significado singular que pode ter para cada sujeito específico, a “síndrome” comum aos “portadores de condutas típicas”. O dia-a-dia com crianças com tais características revela que o modo de vida destes usuários de nosso serviço é indicador de complexa rede de outros condicionantes existenciais, sociais e estruturais. De um lado, têm-se determinantes psíquicos que por vezes limitam um desenvolvimento considerado “adequado” ou desejado pelo meio social; de outro, todo um contexto onde o sujeito se expressa e se apresenta que está subjugando, subestimando, subalternizando esta expressão ou a possibilidade dela.

O contexto familiar, tanto quanto o contexto escolar e de outras instituições, por vezes, localizam na criança uma emergência de “consertar” algo que não está de acordo com um padrão, muito embora o possível padrão seja algo pouco concreto ou mesmo pouco comum na vida social dos sujeitos desta sociedade. Encontramos famílias fragilizadas em suas relações pessoais, desgastadas por um cotidiano esmagador, no turbilhão de uma sociedade de consumo e baixos salários, bem como um difícil acesso à qualidade de vida e de saúde física e mental. Estamos todos nós, indivíduos únicos, singulares, inseridos em uma rede ampla de relações. Os diversos sujeitos que produzem e reproduzem suas vidas diárias estão em um cenário que está historicamente condicionado a uma estrutura social desumanizadora que nos cobra a capacidade de ser “normal”, diante de tantas patologias que são referentes à estrutura social da organização dos indivíduos na sociedade.

Na ilustração do trabalho com a política pública e o atendimento direto às pessoas com deficiência, vislumbra-se que o objeto de atenção aqui é a situação de interdição que impossibilita a expressão e a participação das pessoas com deficiência nas múltiplas instâncias da sociedade. As expressões da questão social, na situação das deficiências e diferenças, são possíveis de visualizar no padrão de produtividade, de normalidade e, de um tipo determinado de aparência física que está posto na relação entre capital e trabalho.

É reflexo da questão social o fato das diferenças e deficiências não serem reconhecidas e aceitas na sociedade de classes antagônicas. Nesta situação, inúmeras interdições são criadas, ou seja, o acesso ao mundo e às suas particularidades fica restrito e, por vezes,

totalmente interdito. O problema aqui é a *interdição*, produzida no social. Muitas pessoas, por portarem uma deficiência, são impedidas de fazer parte da escola, do mercado de trabalho, das vias públicas, do lazer, da vida entre amigos e afetiva. Cria-se uma cultura estigmatizante onde se admite apenas o que é dito como normal. As pessoas que apresentam algum tipo de deficiência são vistas com desprezo ou piedade e não como cidadãos de direitos como todos que fazem parte da vida social.

Entender as deficiências na perspectiva da questão social é superar a visão restrita que centra na pessoa a patologia e, perceber que o contexto ambiental, cultural, político, ou seja, a materialidade da vida social produz o estigma, os preconceitos, a segregação, a impossibilidade de expressão das múltiplas singularidades dos seres na sociedade. A partir deste entendimento do significado da expressão da questão social, na situação das deficiências, busca-se alcançar a *acessibilidade*. Os movimentos sociais das pessoas com deficiência de diferentes países, deste mundo globalizado, nos ensinam o que significa este conceito. O mesmo significa inúmeras adequações que devem ser realizadas no conjunto das instâncias e instituições sociais, para que as mesmas possam construir a possibilidade de acesso de pessoas que fogem aos padrões de ser humano que está no imaginário social.

Tentando simplificar: se uma assistente social trabalha com as deficiências, sem considerar as expressões da questão social nesta temática e, não considerar como objeto a questão social, provavelmente, vai fazer uma leitura e uma intervenção visando “auxiliar” os sujeitos, tomando os mesmos como objeto de preocupação e intervenção, centralizando neles as dificuldades e interdições. Na perspectiva do entendimento da questão social, a intervenção estará voltada para o ser social, tendo em vista os problemas que estão na produção social e não apenas nas limitações humanas.

### **Cotidiano no processo de trabalho do Serviço Social**

No processo de trabalho, lançamo-nos na utilização de diversas operações para atingir os objetivos propostos em nossas ações. Neste movimento operacional, é importante compreender o sentido social da utilização das técnicas e dos instrumentos de que dispomos, na relação direta com os sujeitos com os quais nos deparamos. É muito comum à experiência dos assistentes sociais o desenrolar de uma relação frente a frente com diferentes indivíduos, cada qual trazendo sua bagagem cultural específica, suas diversas vivências e sua forma peculiar de ser e de estar no mundo social. Nesta relação direta, o acolhimento ao sujeito, a



aceitação de suas diferenças, das dificuldades e potencialidades parece ser uma condição necessária, para um início de trabalho. A abordagem direta do assistente social, ou seja, o face a face com aqueles que utilizam nossos serviços, requer uma habilidade relacional significativa de nossa parte. O que vai caracterizar a prática social do acolhimento aos sujeitos será a possibilidade da leitura do fato singular conectado ao conjunto, isto é, o entendimento do sujeito nas tramas de suas relações familiares, culturais e sociais.

Desenvolvemos um tipo peculiar de escuta que dá atenção a tudo aquilo que é trazido pelas pessoas em suas falas, em seus relatos, rico da expressão do conteúdo da vida humana. O dia-a-dia de diferentes sujeitos é descrito para nós, assistentes sociais, e acompanhado por nós. Há uma aproximação muito grande entre um profissional do social e a vida particular das pessoas. Aqui acontece o que nos fala Martinelli a respeito do fato do assistente social ter uma prática relacionada à vida privada das pessoas: “É uma prática que se faz no cenário público, mas que chega à vida privada, abrindo-se, portanto, grandes possibilidades para uma prática educativa” (1998, p. 140).

O contato tão estreito com a vida diária das pessoas dá um tom importante de responsabilidade com aquilo que é dito e perguntado a elas, na ocasião das abordagens que realizamos. Se uma pessoa nos relata sua história de vida ou menciona suas contingências atuais, é importante buscar compreender o contexto de vida dessa pessoa, sua história. Entender o sujeito em sua totalidade é considerá-lo como um ser total, com uma história atravessada por diversas dimensões da realidade social e subjetiva de cada um.

Será necessária uma grande perspicácia para compreender que as idéias, as concepções e as noções dos homens, numa palavra, a sua consciência, mudam de acordo com qualquer modificação registrada nas suas condições de vida, nas suas relações sociais, na sua existência social (Marx, 1979, p. 12).

Na citação acima, Marx sugere a significativa consideração do modo de vida, das condições de vida do sujeito para a compreensão da realidade do mesmo. Para os assistentes sociais, que trabalham na relação direta com as pessoas, é importante não reduzir a visão sobre as situações ao ponto de vista da análise individual. Considera-se a localização do sujeito em sua cultura e verificam-se os diversos aspectos de sua vivência. Neste caso, na relação com os sujeitos usuários de nosso serviço, é relevante levarmos em conta algumas questões, tais como: Quais suas condições de vida? Quais são as condições de trabalho, de emprego, de subemprego, de desemprego? Com quem vivem, quais suas origens familiares? De onde vêm? Que tipos de conhecimento (oficial ou não-oficial) lhe são acessíveis? Como é

composta sua família? Em que espaços da sociedade (grupos, movimentos sociais, igrejas, clubes, etc.) participam? Quais são os seus sonhos, projetos, aspirações? Como se divertem? Qual é o seu lazer? Que tipo de programas de televisão assistem? A que tipo de meios de comunicação têm acesso?

Essas e outras tantas questões podem ser formuladas na ocasião em que se precise buscar uma maior compreensão do sujeito e seu contexto. A análise social procura aprofundar o entendimento relacional e conectado entre os fatos e os sujeitos. Entretanto, na preocupação de reconhecer os principais fatos do cotidiano, na sua relação com a contextualidade e na via de trabalhar com processos educativos e de consciência, não se pode descuidar de um aspecto fundamental, qual seja, não nos cabe o julgamento pessoal dos indivíduos; não é lícito analisar o sujeito enquanto pessoa unicamente responsável pela sua condição de vida.

Há um cuidado que se faz necessário que seja contemplado na análise social: o de não penalizar o sujeito, como “culpado” por sua miséria, por sua alienação, por sua “negligência”. Não é uma prática incomum aos nossos tempos atuais encontrar profissionais que, em suas análises e práticas sobre o usuário de seus serviços, considerem os mesmos responsáveis por situações complexas como a de estarem desempregados, sem moradia, por exemplo. Considerar uma mãe culpada pela extrema situação de pobreza que não lhe permite cuidar de seus próprios filhos ou negligente por “deixar” suas crianças passar por situação de fome, é um outro exemplo da redução da análise a uma perspectiva individualista. Nessa perspectiva reducionista, o sujeito é penalizado. Não se considera o processo social que gera a miséria, a fome e o abandono não só das crianças, mas igualmente dos adultos, dos velhos, das famílias. Abandono, exclusão, não acolhimento são produto de um processo global pertinente a uma sociedade que se caracteriza por relações sociais ainda mediadas pelo capitalismo, em que predominam a lucratividade, a concentração de bens e o consumo, antes do sujeito. Um segundo aspecto de igual significância a ser focalizado é o risco de nos colocarmos como controladores do cotidiano da classe popular, o que é criticado por Netto, de forma contundente:

[...] é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e toda a instância que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis (1996, p. 86-87).

É uma tarefa delicada, tal qual uma arte, uma construção minuciosa da relação entre

sujeitos e sujeitos, em que não se podem reproduzir as relações de poder e subalternização que estão implícitas e explícitas nesta sociedade. A cada qual é dado o seu direito de viver sua vida da forma como lhe é possível e devida. Não são os profissionais, com suas metodologias e técnicas, que vão ensinar como as pessoas devem organizar seu cotidiano ou como vão administrar suas condições de existência. A característica “interventiva” de nosso processo de trabalho não deve ser lida no sentido da intervenção na vida das pessoas. O mais importante é a intervenção nos processos sociais, no sentido de que nos seja possível construir práticas sociais com parcerias significativas para articulação de estratégias coletivas que nos remetam à reconstrução da forma de vida neste social. Essas práticas devem propiciar um trabalho de desenvolvimento dos processos sociais de conscientização e inclusão, em que cada um de nós tenha a convicção de sua responsabilidade diante do mundo do qual fazemos parte, em conjunto com outros tantos sujeitos.

Um terceiro aspecto da intervenção no cotidiano pode ser elucidado com a contribuição das teorias de Thompson (1995) acerca da “interpretação social”. Que tipo de escuta e interpretação fazemos? Que aspectos consideramos nesta interpretação? De que forma olhamos para o sujeito e para o contexto do sujeito de nossas ações? A partir dessas e de outras questões que podemos formular, desenvolvemos uma reflexão metodológica sobre a forma de escuta do sujeito e a interpretação da comunicação realizada pelo assistente social.

Segundo Thompson (1995, p. 377), tanto os aspectos simbólicos como os aspectos históricos contextuais são relevantes para a análise e interpretação da situação entre sujeito e contexto. No meandro das relações sociais, existe toda uma simbologia que é transmitida por alguns meios, como por exemplo, os meios de comunicação. Esta transmissão simbólica dissemina um determinado tipo de ideologia que vai permear o cotidiano das pessoas. As formas simbólicas são produzidas dentro do contexto específico da sociedade capitalista, tomando sentido particular em cada subjetividade. Nessa perspectiva, considera-se que as formas simbólicas que são transmitidas pelos meios de informação e por outros veículos de comunicação, influenciam opiniões e constroem significados para os sujeitos. Entretanto, os “espectadores” não são unicamente passivos. Os indivíduos vão dando significado e sentido, ao longo de suas vidas, às imagens que circulam no seu dia-a-dia.

O sentido dado pelos sujeitos às imagens apresenta dupla consequência. De um lado a consequência da transmissão direta dos interesses de época. Há uma enorme facilidade para a disseminação dos valores construídos e determinados por uma cultura dominante. Os meios de comunicação causam um impacto na vida das pessoas e produzem uma série de ações e interações, pois, conforme Thompson, “a cultura moderna é eletronicamente mediada” (1995,

p. 22). Um tipo de cultura é transmitido pela comunicação de massa. Como esses meios estão concentrados em mãos de extrema minoria e em instituições de grande porte de capital, acontece o “imperialismo cultural”. O interesse específico de grupos detentores do capital e da comunicação tem amplo espaço para transmissão de suas idéias, de sua ideologia.

Contudo, de outra parte, há uma segunda conseqüência que são os novos significados que as pessoas vão dando às mensagens recebidas. Os sujeitos não são apenas “espectadores pacíficos”, são também seres que buscam a compreensão dos fatos, que fazem a interpretação das situações apresentadas no dia-a-dia. Cada um tem sua explicação para a sua vivência e a das outras pessoas. A história de vida, a origem familiar, as vivências das pessoas vão dando significados e sentidos singulares aos fatos da vida. Por mais que a mídia procure padronizar comportamentos e pensamentos, suas imagens são (re)significadas por aqueles que a recebem em seu cotidiano e que, além do fato de recebê-las, têm também sua possibilidade humana, sua história existencial e sua forma particular de dar sentido à vida.

Os seres humanos não apenas produzem e recebem expressões lingüísticas significativas, mas também conferem sentido a construções não-lingüísticas – ações, obras de arte, objetos materiais de diversos tipos (Thompson, 1995, p. 174).

É sempre importante considerar que, se de determinadas formas nossa espécie humana passa pelo severo processo de alienação, de igual maneira é a protagonista da história. O cotidiano é interpretado pelos sujeitos. Várias explicações são lançadas sobre as situações expressas nos fatos da vida e das imagens da televisão. Tal quais os analistas sociais, os sujeitos do cotidiano refletem e analisam suas vidas e a dos demais. Esse processo interpretativo por parte do sujeito é denominado por Thompson (1995, p. 359) de “pré-interpretação” que, segundo o mesmo, é “re-interpretado” pelos analistas sociais. A interpretação social, nesta ótica, será o resultado de uma “re-interpretação” previamente “pré-interpretada”. O interessante, nessa perspectiva, é que na interpretação das palavras, dos significados e da vivência dos sujeitos, são considerados os sentidos atribuídos pelos mesmos.

Os assistentes sociais utilizam-se de uma escuta que vai procurar compreender os significados trazidos pelas pessoas. Vai considerar sua pré-interpretação como ponto fundamental de sua análise do real. Vai considerar, portanto, a cultura, a história e os significantes que cada sujeito traz. Para além desse componente, sua análise deverá pressupor o entendimento do contexto, da conjuntura e da estrutura da sociedade em que vivem esses sujeitos. Nossa interpretação social deve fazer a conexão entre a vida cotidiana, o sentido dado à mesma e os processos sociais desenvolvidos na história de nossa sociedade. E, ainda,

para além da interpretação social, nos cabe também buscar as diversas formas de intervir na causa, de advogar em favor do social, ou seja, devemos defender o direito das pessoas de ser e estar no mundo, de ser pertencente à sua própria espécie humana. E, quem sabe, se poderá repetir com o poeta Thiago de Mello, em seu “Estatuto do homem”: “Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo” (1999, p. 26). A sociedade contemporânea, através de seus sujeitos, precisa construir novos sentidos urgentemente. Sentidos que não sejam apenas aqueles propagados pela sociedade de consumo, onde o ter pesa sempre mais que o ser.

### Referências

- DUARTE, Newton. *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- FRIGOTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: *Metodologia de pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. 10. ed. São Paulo: Difel, 1986.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- KARSH, Úrsula. *O Serviço Social na era dos serviços*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- KOSIK Karel. *Dialética do concreto*. 3. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 57, jul. 1998.
- MARX, Karl. *Sobre literatura e arte*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1979.
- . *Manuscritos econômicos e filosóficos* In: Tradução de Octávio A. Velho. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- . *A ideologia alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco A. Nogueira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MELLO, Thiago de. *Faz escuridão mas eu canto*. 17. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1999.
- NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- POLÍTICA Nacional de educação especial. Secretaria de Educação Especial / MEC: Brasília, 1994.
- SOUZA, M. L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era da comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.